

Objetivo Geral

O CREDH-RM tem como objetivo oferecer atendimento interdisciplinar em direitos humanos para pessoas repatriadas e migrantes, voltado à identificação de necessidades, ao encaminhamento e acompanhamento de demandas, especialmente em casos de violação de direitos.

Sua atuação promove a cidadania, fortalece a proteção social e amplia o acesso às políticas públicas.



 **OIM**
ONU MIGRAÇÃO

MINISTÉRIO DOS
DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

CREDH-RM

Centro de Referência
em Direitos Humanos para
Repatriados e Migrantes

Quem atendemos?

O CREDH-RM atende pessoas em situação de violação de direitos humanos em contextos de mobilidade, circulação, fronteira e retorno. Entre os principais públicos atendidos estão:

- Pessoas migrantes
- Pessoas refugiadas
- Solicitantes de refúgio
- Apátridas
- Brasileiras e brasileiros retornados
- Populações transfronteiriças
- Comunidades impactadas por fluxos migratórios.



Funcionamento

O CREDH-RM funciona de segunda a sexta-feira, em horário comercial, no Aeroporto Internacional de Confins (MG), localizado na Rodovia LMG-800, km 7,9, no município de Confins.

O atendimento é presencial e realizado por uma equipe técnica interdisciplinar, preparada para acolher as pessoas atendidas e identificar suas necessidades.

credh-rm@iom.int
61 99202-1424



Fluxo de atendimento

- 1** Acolhimento inicial e escuta qualificada;
- 2** Identificação de demandas sociais e possíveis violações de direitos humanos;
- 3** Orientação sobre direitos e serviços públicos;
- 4** Encaminhamento e articulação com a rede de políticas públicas.

O que fazemos?



Apoio à regularização documental, migratória ou civil



Encaminhamento e acompanhamento das pessoas atendidas junto às políticas públicas



Articulação com serviços da assistência social, saúde, educação, sistema de justiça e outras políticas setoriais



Encaminhamento e monitoramento de denúncias junto à Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos e demais órgãos competentes



Produção de dados e diagnósticos para subsidiar as políticas públicas



Sensibilização e capacitação de agentes públicos sobre mobilidade humana e direitos humanos



Encaminhamento e monitoramento de denúncias junto à Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos e demais órgãos competentes



Realização de atividades coletivas voltadas à promoção dos direitos humanos.